



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **CONSTITUI O OBJETO DO PRESENTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR A CONCESSÃO ONEROSA DE ESPAÇOS FÍSICOS PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE, POR MEIO DE TRAILER FIXO (TIPO CONTÊINER)**

#### **1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

1.1. Número do Processo: [23104.032921/2021-10](#)

#### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

2.1. Concessão onerosa de uso de áreas físicas da UFMS, de 6 por 10 m<sup>2</sup>, para exploração de serviços de LANCHONETE, por meio de Trailer fixo (tipo contêiner).

2.2. A realização desta concessão é necessária devido ao grande número de pessoas que circulam no pavilhão de aulas que passam grande parte do dia no Campus e em virtude da grande extensão territorial. São estudantes, servidores técnicos administrativos e docentes, trabalhadores terceirizados e visitantes que diariamente exercem atividades na Universidade. Os espaços a serem concedidos são próprios e adequados para a prestação do serviço de lanchonete com a qualidade necessária. A implantação de mais locais com serviços de alimentação é de suma importância para atender as demandas de toda comunidade do Campus.

#### **3. ÁREA REQUISITANTE:**

3.1. **Área requisitante:** Diretoria de Serviços e Logística - DISERV/PROADI

3.2. **Responsável:** Gustavo da Silva Almeida - SIAPE: 1127724

#### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. A CONTRATADA concessionária deverá se responsabilizar integralmente pela instalação e montagem do trailer fixo (tipo contêiner) e dos equipamentos necessários ao funcionamento adequado do estabelecimento, garantindo alimentos em quantidade e qualidade de acordo com o previsto no Edital e/ou formalmente combinado com a Administração, considerando períodos de recesso ou demanda reduzida. Também, deverá dispor dos insumos necessários para a realização dos serviços, incluindo limpeza das instalações que utiliza, fornecimento de trajes adequados aos seus representantes e EPIs, caso exigido pelas normas vigentes. Os funcionários da CONTRATADA concessionária deverão ser cadastrados junto aos gestores do contrato e apresentarem-se ao serviço uniformizados. É VEDADO fornecimento gratuito de café aos servidores por tratar-se de objeto licitatório próprio. Detalhamento acerca de requisitos, habilitação e modo de execução contratual devem ser consultados no Edital. A licitação será definida pelo menor preço ofertado para a Cesta de Produtos.

4.2. A presente concessão possui natureza continuada em razão de sua essencialidade, sendo uma eventual interrupção capaz de prejudicar o programa de assistência estudantil, dificultando a permanência dos acadêmicos até a conclusão do curso. Neste cenário, as taxas de abandono de acadêmicos antes da conclusão do curso podem se elevar, trazendo riscos aos investimentos já realizados para formação destes futuros profissionais e comprometendo o cumprimento dos objetivos institucionais da UFMS e a prestação de um serviço público de qualidade para a sociedade, traduzido na formação de profissionais capacitados

4.3. Poderão participar da licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º e Parágrafo Único da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.4. As licitantes vencedoras deverão seguir a legislação tributária vigente no Estado de Mato Grosso do Sul e no Município de Campo Grande-MS, devendo estar aptas a fazerem a emissão documentos fiscais conforme a legislação pertinente.

4.5. O **CONCESSIONÁRIO** deverá emitir Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.6. Deverão ser disponibilizadas a localização dos pontos de água, esgoto e energia para Concessionária.

4.7. As adequações físicas do ambiente devem ser de responsabilidade da Concessionária.

4.8. É necessário a capacitação dos servidores que atuarão como as figuras de Gestor, Gestor substituto, Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Fiscal Setorial.

#### **4.9. QUALIFICAÇÃO DO CONCESSIONÁRIO:**

4.10. A pessoa responsável pela elaboração dos alimentos a serem servidos na LANCHONETE/TRAILER deve ter participado de curso de qualificação, capacitação ou treinamento específico sobre normas de higiene e que o(a) habilitou a desenvolver técnicas de preparo e manipulação de alimentos, com carga horária mínima de 20 horas.

4.11. Fica impedido de possuir Concessão, qualquer pessoa que tenha parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral até o quarto grau com servidores da **CONCEDENTE** que atuam na Comissão de Licitação ou na gestão de uso do bem público, ou mesmo com o **CONCEDENTE** anterior, sob pena de nulidade da Concessão ou de rescisão do Contrato de Concessão, no ato do conhecimento do fato, sem prejuízo dos efeitos da lei consoante a improbidade administrativa.

4.12. Os **CONCESSIONÁRIOS** inadimplentes com suas obrigações frente à UFMS ficam impedidos de participar de qualquer licitação ou Concessão em qualquer modalidade, sob qualquer alegação, com a aludida Instituição.

4.13. **DA CARACTERÍSTICA DO SERVIÇO:**

4.14. Trata-se de serviço essencial e de caráter contínuo sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo que a sua interrupção implicará em sérios transtornos e comprometendo o funcionamento regular das unidades acadêmicas e órgãos administrativos, torna-se imprescindível a concessão de empresa para a **exploração comercial do serviço alimentação**.

4.15. Desta forma, considerando que estes serviços são imprescindíveis para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da Instituição, tendo em vista a necessidade de atender às necessidades nutricionais diárias da comunidade universitária, justifica-se a necessidade de que venham a ser contratados.

4.16. **DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL:**

4.17. Na presente concessão não haverá necessidade de promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

4.18. **CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:**

4.19. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar critérios de sustentabilidade nas obrigações com a CONCEDENTE expressos e observados os fundamentos legais constantes no **Decreto nº 7.746/2012**, a **Lei nº 12.305/2010**, bem como a **IN nº 1/2010 – SLTI/MP. E ainda:**

4.20. Proceder a correta separação e destinação de resíduos oriundos de seu estabelecimento, não sendo de responsabilidade da UFMS fazer a gestão dos mesmos, o descarte deve ser feito diariamente e em local apropriado, sob as penas da Lei, fora das dependências da universidade;

4.21. Deixar disponível lixeiras aos usuários com tampas e identificadas. Minimamente duas lixeiras, sendo, uma para resíduos orgânicos e outra para recicláveis;

4.22. Não descartar, em hipótese nenhuma, óleo de cozinha no solo ou vias hídricas, o mesmo deve ser coletado em recipiente apropriado e destinado aos pontos de coleta do produto;

4.23. Adotar política de uso racional de água e energia elétrica, evitando desperdícios;

4.24. Optar pelo uso de produtos de limpeza biodegradáveis;

4.25. Colaborar para as fases de elaboração, implementação e acompanhamento dos procedimentos de coleta seletiva, de acordo com o estabelecido no **Plano de Gerenciamento de Resíduos da Unidade/Órgão e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE)**;

4.26. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.27. Observar a **Resolução CONAMA nº 20, DE 07/12/1994**, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.28. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.29. A Concessão está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFMS, que contempla em suas ações a adoção de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

4.30. A aquisição dos produtos a serem utilizados na preparação das refeições pela CONCESSIONÁRIA será feita, preferencialmente dos produtores rurais da agricultura familiar e/ou oriundos de projetos da CONCEDENTE, quando por ela ofertados, respeitadas as condições de preço e qualidade dos demais fornecedores.

4.31. A concessão terá vigência de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

4.32. Com 120 (cento e vinte) dias de antecedência para término dos primeiros 30 (trinta) meses de concessão, a CONCEDENTE realizará minucioso levantamento de dados por meio dos relatórios periodicamente entregues, quanto à qualidade dos serviços e preços praticados, a fim de que sejam verificadas as vantagens da renovação para a CONCEDENTE, inclusive quanto ao valor pago pela concessão.

4.33. Verificando-se a viabilidade na prorrogação da concessão, a mesma será feita por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por sucessivos períodos, observado limite do artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.34. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.35. **GARANTIA DA EXECUÇÃO:**

4.36. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

- 4.37. Por se tratar de uma Concessão onerosa de espaço físico não edificado; e
- 4.38. Por se tratar de execução de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 4.39. As obrigações da CONCESSIONÁRIA e CONCEDENTE estão previstas neste Termo de Referência.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

5.1. A pesquisa de mercado foi executada em estrito atendimento à IN 73/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Para tal, foram efetuadas pesquisas no Portal Paineira de Preços do Governo Federal, todas de processos de aquisições ou contratações firmados no período de pelo menos um ano à data de elaboração deste certame. A pesquisa de mercado foi resumida em Mapa Comparativo onde constam as seguintes informações: - identificação do agente responsável pela elaboração da pesquisa; - A caracterização das fontes consultadas; - A série de preços coletados; O método matemático para a definição do valor estimado para cada um dos itens foi a média aritmética dos preços obtidos por meio da pesquisa junto ao Paineira de Preços. A metodologia utilizada é a mais comum para o levantamento de preços para processos licitatórios por sua efetividade em reproduzir com extrema fidelidade os preços praticados pelo mercado. O método utilizado para descartar valores inexequíveis foi a utilização de valores mais próximos à mediana dos valores obtidos na pesquisa por meio do Paineira de Preços, bem como a comparação desses valores com outros preços em sítios eletrônicos de lojas especializados na comercialização dos itens que compõem a presente licitação

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

6.1. A descrição da solução abrange a Concessão onerosa de uso de espaço público não edificado para exploração de serviços de lanchonete, por empresa especializada.

6.2. Sobre a Concessão de Uso:

6.2.1. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, CONCESSÕES, PERMISSÕES e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas no Art. 2º da Lei nº 8.666/93.

6.2.2. Segundo o Art.57, § 3º da Lei 8.666/93 é vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

6.2.3. O Acórdão, TCU, 1.443/2006 - Plenário traz os seguintes tipos de Concessão:

6.2.3.1. Concessão de serviço público- Art. 175, Parágrafo Único, inciso I da CF e Lei 8.987/1995;

6.2.3.2. Concessão de direito real de uso- Art. 7º Decreto Lei nº 271/1967;

6.2.3.3. Concessão de Obra Pública; Concessão de serviço público precedido de obra pública;

6.2.3.4. Concessão administrativa de uso de bem público - A concessão administrativa de uso de bem público é o ajuste que se dá entre a Administração, tida como concedente, e um particular, visto como concessionário, em que aquela outorga a este a utilização exclusiva de um bem de seu domínio, para que o explore por sua conta e risco, respeitando a sua específica destinação, bem como as condições avençadas com a Administração, tais como prazo, preço a ser cobrado do público, entre outras;

6.3. Sobre a Concessão administrativa de uso de bem público: A concessão administrativa de uso, também denominada concessão comum de uso, apenas confere ao concessionário um direito pessoal, intransferível a terceiros. Este procedimento apresenta, portanto, uma menor rigidez em sua contratação.

6.3.1. Ato bilateral;

6.3.2. Natureza contratual;

6.3.3. Utilização exclusiva;

6.3.4. Destinação específica;

6.3.5. Precedida de licitação.

6.4. A jurisprudência pátria, reiteradamente, proclamou a Concessão administrativa de uso como um contrato tipicamente administrativo.

6.5. Conforme o Art. 13º do Decreto nº 3.725/2001 a Cessão de lanchonete/restaurante será formalizada pelo chefe da repartição, estabelecimento ou serviço público federal a que tenha sido entregue o imóvel, desde que aprovada sua realização pelo Chefe da Secretaria da Presidência da República e respectivos Ministros de Estado.

6.6. Em Consoante o Art. 13º do Decreto nº 3.725/2001 a Cessão será:

6.6.1. Incluída em participação proporcional da Cessionária no rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância do prédio;

6.6.2. Quando destinada a empreendimento de fins lucrativos, a cessão deverá ser sempre onerosa e sempre que houver condições de competitividade deverão ser observados os procedimentos licitatórios previstos em lei.

6.7. Conclusões sobre a exploração de bem próprio público por particular:

6.7.1. Para atividades com fins lucrativos- Interesse Privado predomina sobre o Interesse Público, com natureza contratual.

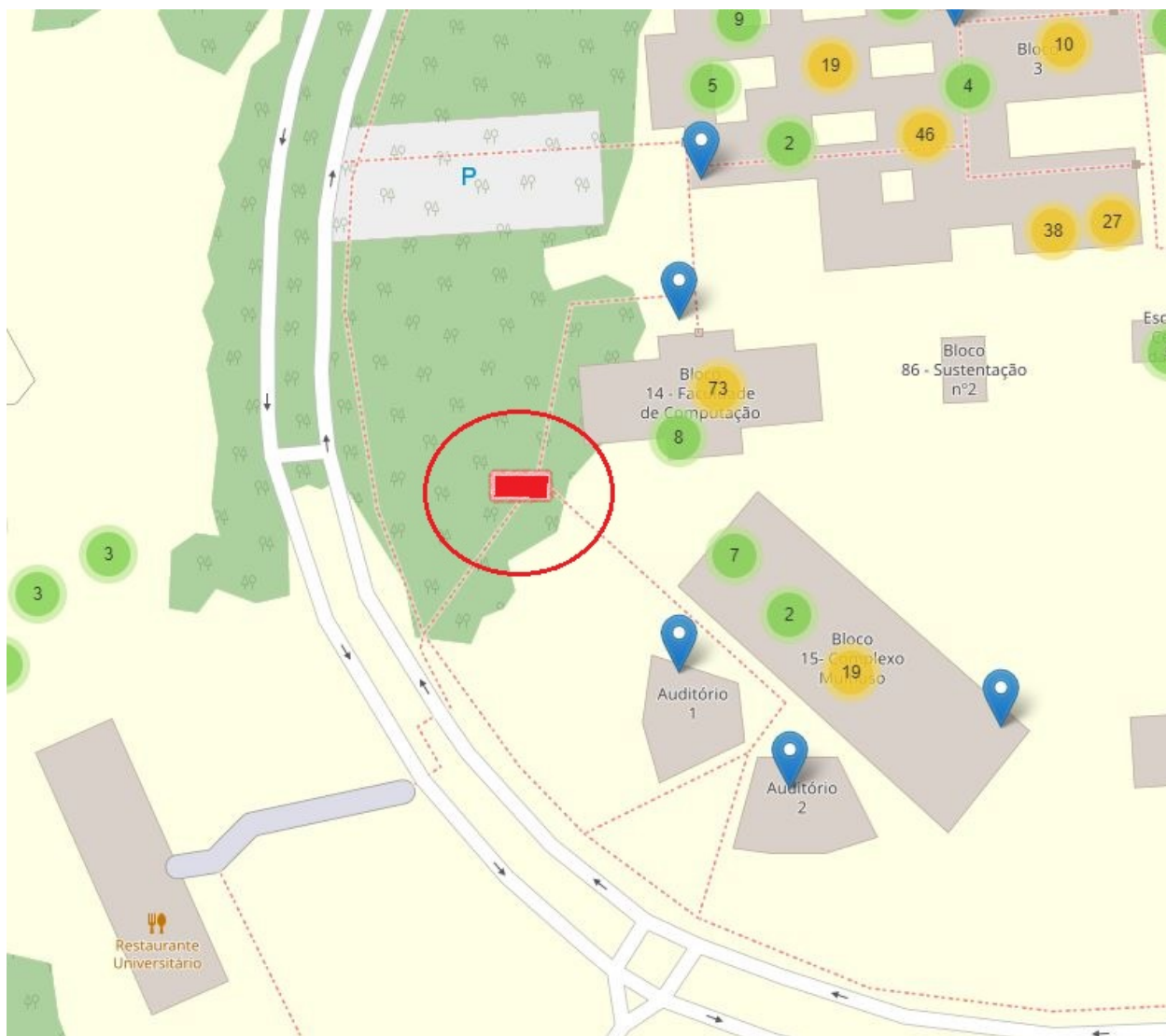
6.8. Instrumentos de outorga:

6.8.1. Concessão de Uso; ou

- 6.8.2. Permissão de Uso Qualificada, não há precariedade.
- 6.9. Quanto a remuneração:
  - 6.9.1. Onerosa mais participação no Rateio da despesa de manutenção, conservação e vigilância.
- 6.10. Forma de outorga do bem público:
  - 6.10.1. Licitação na modalidade Pregão com disputa por Cesta de Produtos.
- 6.11. Período de vigência do uso do bem público:
  - 6.11.1. Tempo suficiente para recuperação do custo fixo e variável iniciais. Durante a vigência e para provável renovação analisar indicadores de qualidade e preço.
- 6.12. Para atividades sem fins lucrativos- Interesse Público predomina sobre o Interesse Privado, com natureza contratual.
- 6.13. Instrumento de outorga:
  - 6.13.1. Concessão de Uso;
  - 6.13.2. Permissão de Uso Qualificada, não há precariedade.
- 6.14. Quanto a remuneração:
  - 6.14.1. Graciosa, mas existe a participação no Rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância.
- 6.15. Forma de outorga do bem público:
  - 6.15.1. Para assegurar a igualdade de oportunidades a todos os eventuais interessados a todos os eventuais interessados é oportuno que haja Licitação, na modalidade Pregão com disputa por Cesta de Produtos.
- 6.16. Período de vigência do uso do bem público:
  - 6.16.1. Tempo suficiente para recuperação do custo fixo e variável iniciais. Durante a vigência e para provável renovação analisar indicadores de qualidade de preço.
- 6.17. Percebe-se que o pregão é a modalidade de licitação, muitas vezes mais célere e eficiente, que pode atender, plenamente, aos objetivos da Administração nos casos de Concessão de uso de espaço público. Após análise aos precedentes: Tribunal de Contas da União – TCU: Decisão n. 275.320/92-8; Acórdão n. 2844/2010 – Plenário; Superior Tribunal de Justiça – STJ: ROMS nº 16280, REsp nº 524811. Concluímos, com segurança, que o pregão é modalidade licitatória que atende aos preceitos exigidos na Concessão de uso de espaço público, também chamada de Concessão administrativa de uso, pois é modalidade lúdima, célere e eficiente, capaz de angariar a proposta mais vantajosa para a Administração.
- 6.18. Em análise às necessidades do Câmpus de Campo Grande, verificou-se a existência da prevalência do interesse público sobre o privado. Neste sentido, existe a possibilidade de aumentar os esforços no sentido de viabilizar a concessão de uso do espaço físico para fornecimento de alimentação tipo lanchonete.
- 6.19. Como a legislação exige que a outorga de uso de bem público por particular, quando houver fins lucrativos, seja onerosa, cabe no objeto deste estudo a Concessão Administrativa Onerosa de Uso de Espaço Físico não edificado para exploração comercial de serviços de Lanchonete, por meio da disponibilização de Trailer Fixo (tipo contêiner), para fornecimento de alimentação, que tem por finalidade a ampliação e diversificação da oferta de serviço alimentício à Comunidade Universitária, principalmente nos horários de maior procura, bem como fomentar o desenvolvimento econômico local.
- 6.20. Sobre a instalação:
  - 6.20.1. A CONCESSIONÁRIA poderá requerer um prazo de até 15 (quinze) dias para instalação dos equipamentos e eventuais adequações da área física antes de iniciar o atendimento ao público, período em que não será cobrado o valor da Taxa de Ocupação, sendo devido o pagamento das demais taxas, caso sejam utilizadas.
- 7. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:**
  - 7.1. Em virtude dos custos de aquisição e instalação do trailer fixo, a vigência inicial da contratação será de 30 (trinta) meses, possibilitando uma segurança maior à futura concessionária para o abatimento dos custos iniciais da concessão. Tal medida justifica-se na competitividade do certame, buscando tornar a participação de interessados mais atrativa.
  - 7.2. A área física é composta por 60 metros quadrados de área. As áreas planejadas para a instalação das cantinas encontram-se descritas abaixo:
    - 7.2.1. Cantina 01 (Bloco FAODO):

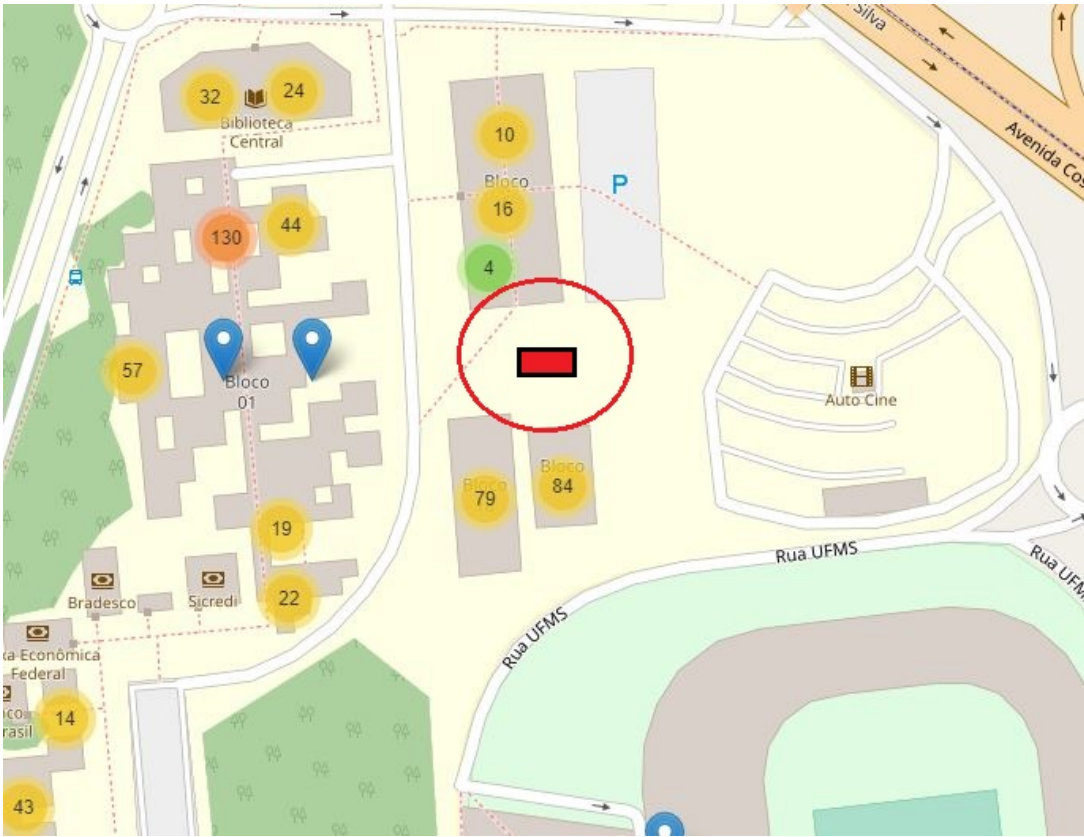


### 7.2.2. Cantina 02 (Bloco FACOM):

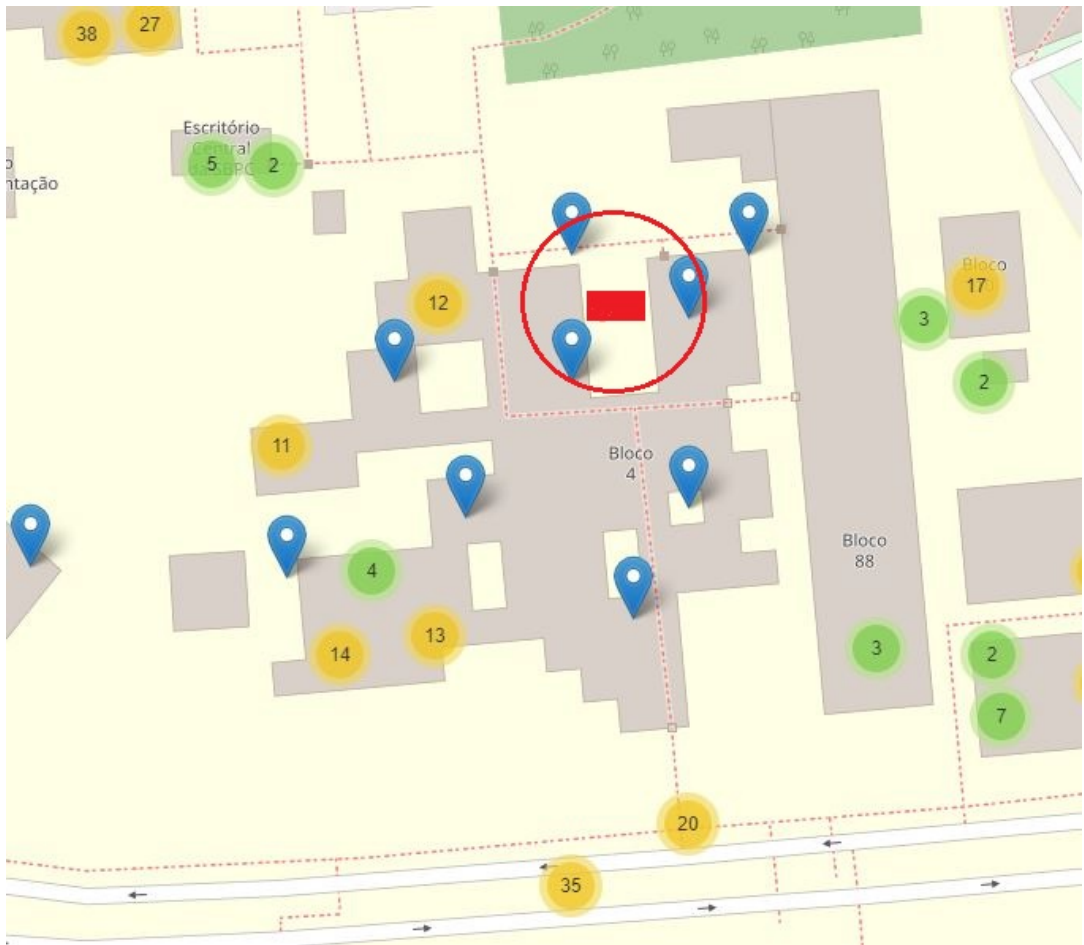


7.2.3. Cantina 03 (Multiuso II/NUTRIÇÃO/INBIO):





7.2.4. Cantina 04 (Corredor Central entre FAENG/AGETIC):



Item	Descrição	Unidade	Qtde.
1	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Bloco FAODO)	Serv/Mês	30

Item	Descrição	Unidade	Qtde.
2	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Bloco FACOM)	Serv/Mês	30
3	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Multiuso II/NUTRIÇÃO/INBIO)	Serv/Mês	30
4	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa do Campus UFMS - Corredor Central entre FAENG/AGETIC)	Serv/Mês	30

8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. Valor (R\$): 10.502,70.

8.2. Para fins de referência, o valor anual a ser cobrado pela concessão do espaço físico objeto deste estudo é de R\$ 4.201,08, cuja estimativa é de 12 (doze) contraprestações mensais de R\$ 350,09.

8.3. **TAXA DE MONITORAMENTO** - Demonstração do Cálculo:

Planilha de Cálculo de Prestação de Serviços de Monitoramento			
Valor total do Postos de Monitoramento (Diurno + Noturno)	Valor da Manutenção Corretiva	Valor Total	Valor do Monitoramento
R\$ 20.650,55	R\$ 206,50	R\$ 20.857,05	R\$ 135,57

8.3.1. O cálculo foi realizado da seguinte forma:

8.3.1.1. Valor Total dos Postos do Monitoramento Diurno e Noturno: Soma dos valores dos postos Diurno e Noturno. (Deverá ser atualizado de acordo com o contrato de Segurança).

8.3.1.2. Valor da Manutenção Corretiva (câmeras): Aplica-se 1% sobre o Valor Total dos Postos de Monitoramento. (Utilizou-se 1% visto que é a porcentagem utilizada pelas empresas de monitoramento no mercado).

8.3.1.3. Valor Total: A soma dos custos.

8.3.1.4. Valor do monitoramento: Aplica-se o valor de 0,65% sobre o Valor Total. Utilizou-se 0,65% visto que é a porcentagem utilizada pelas empresas de monitoramento no mercado.

8.4. **TAXA DE OCUPAÇÃO:**

8.4.1. Valor (R\$): O valor mensal estimado da taxa de ocupação é de R\$ 211,20 (duzentos e onze reais e vinte centavos). As memórias de cálculo estão presentes no despacho ([3101783](#)).

8.5. **TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS:**

8.5.1. **CONCESSIONÁRIA** deverá se responsabilizar pela sua parcela de geração de resíduo através do seguinte demonstrativo de cálculo:

8.5.2. Fórmula de cálculo:  $TR = MRS * PRS$

8.5.3. **Onde :**

8.5.3.1. TR: Taxa de Resíduos (R\$) a ser paga.

8.5.3.2. MRS: Massa gerada de Resíduos Sólidos (kg)- Resíduos gerados pela **CONCESSIONÁRIA**.

8.5.3.3. PRS: Preço do Serviço de Coleta, Transbordo, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares (R\$)-pago por kg pela UFMS.

Planilha de Cálculo de Prestação de Serviços de Resíduos		
Valor da taxa de Resíduos Mensal-TR(R\$)	Massa Gerada de Resíduos Sólidos-MRS (KG)	Preço do Serviços de coleta pago pela UFMS (R\$)/kg (SEI nº <a href="#">3194580</a> )
R\$ 3,32	4	R\$ 0,83

8.5.4. A Massa gerada de Resíduos Sólidos (kg) a ser considerada nesta concessão administrativa onerosa de uso de espaço físico foi elaborada com base no Potencial de Geração de Resíduos (PGR), que multiplicado pelo Preço de Serviço (PRS), resultará no valor a ser cobrado de Taxa de Resíduos (R\$) a ser paga (TR). Esse valor é dividido por 1000 (mil), que se refere a proporção da tonelada que será paga pela UFMS a empresa coletora de resíduos.

8.5.5.  **$PGR = N^{\circ} \text{ de lixeiras exigidas na contratação(2)} * \text{Capacidade da lixeira (100 L)} * \text{Quantidade de coletas (5 dias por semana)} * N^{\circ} \text{ de semanas em 1 mês (em média 4 semanas)}/1000$**

8.5.6.  **$PGR = 5 * 100 * 5 * 4 / 1000$**

8.5.7.  **$PGR = 10.000 / 1000$**

8.5.8.  **$PGR = 4$**

8.5.9. A responsabilidade pela parcela de geração de resíduos sólidos deverá seguir o que determina o PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) da UFMS.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Taxa de Monitoramento (R\$)	Taxa de Ocupação (R\$)	Taxa de Coleta de	Valor Mensal Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
------	-----------	---------	------------	-----------------------------	------------------------	-------------------	-----------------------------	----------------------------



						Resíduos (R\$)		
1	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Bloco FAODO)	Serv/Mês	30	135,57	211,20	3,32	350,09	10.502,70
2	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Bloco FACOM)	Serv/Mês	30	135,57	211,20	3,32	350,09	10.502,70
3	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Multiuso II/NUTRIÇÃO/INBIO)	Serv/Mês	30	135,57	211,20	3,32	350,09	10.502,70
4	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa do Campus UFMS - Corredor Central entre FAENG/AGETIC)	Serv/Mês	30	135,57	211,20	3,32	350,09	10.502,70

8.6. Considerando que o objeto da contratação do presente estudo trata da concessão não onerosa de espaço físico destinado à exploração comercial, com julgamento pelo menor preço da Cesta de Produtos, recomenda-se que a pesquisa de preços referenciais seja efetuada em conjunto com a elaboração do termo de referência.

8.7. O valor da pesquisa de preços do cardápio mínimo é de R\$ 64,35 (sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) conforme despacho ([3102109](#)).

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

9.1. A equipe de planejamento avalia que o objeto licitado é divisível e o parcelamento dos itens é a alternativa mais adequada para a solução da contratação em tela, em função dos seguintes motivos:

9.2. Aumento da competitividade – numa análise simplória tem-se que o parcelamento do objeto resulta num aumento da competitividade dos licitantes e melhor aproveitamento do mercado, uma vez que haveria maior disputa por item pelos licitantes. Acredita-se que o parcelamento da solução pode aumentar o interesse das empresas em participar do certame, uma vez que irá ter um maior número de ofertas a disposição.

#### 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

#### 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

11.1. Este objeto se insere no PDI- 2020 à 2024, em uma das diretrizes de atendimento aos estudantes e da assistência estudantil na UFMS: "Implementar esforços contínuos e sistemáticos para melhorar o atendimento aos estudantes, visando promover melhor ambiente de convivência e estudo e atenção qualificada às demandas estudantis", página 61, Item 2.2.13. Política de atendimento aos estudantes e assistência estudantil. Disponível no link: <https://pdi.ufms.br/pdi-2020-2024-publicado/>

#### 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

12.1. Conforme apresentado no item nº 6, essas concessões beneficiarão toda a comunidade acadêmica, tendo em vista o grande número de pessoas que circulam no pavilhão de aulas que passam grande parte do dia no Campus e em virtude da grande extensão territorial. O espaço a ser concedido é próprio e adequado para prestação do serviço de lanchonete com a qualidade necessária. A implantação de mais locais com serviços de alimentação é de suma importância para atender as demandas de toda comunidade do Campus.

#### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

13.1. Caso necessária adequação física do espaço, caberá ao concessionário responsabilizar-se pelas despesas relacionadas, sobretudo pela aquisição, instalação e operação dos equipamentos, materiais e mobiliário necessários para o perfeito desempenho de suas atividades, e pelo bom atendimento ao público, tais como: mesas e cadeiras, bandejas, talheres, guardanapos, liquidificadores, espremedores de frutas e centrífugas, chapas, máquinas de café expresso, máquina de suco, forno elétrico, forno de micro-ondas, freezer, geladeira, exaustor, balança digital e demais equipamentos necessários à prestação dos serviços.

13.2. Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços, já que a administração dispõe de espaço físico adequado para a concessão de uso de área física para exploração de serviços de Lanchonete, por meio de trailer a ser instaladas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

13.3. Deverá existir uma adequação do setor responsável pela fiscalização dos serviços, tendo em vista as condições intrínsecas da UFMS que acolhe diariamente um grande número de indivíduos ainda em processo de formação e que circulam por um campus igualmente de grandes proporções.

#### 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

14.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010. Os materiais plásticos da cantina devem ser biodegradáveis ou passíveis de reciclagem. Devendo apresentar embalagens íntegras, próprias para cada produto e com identificação correta no rótulo. Considerando a natureza do serviço a ser prestado, a empresa contratada deverá fazer separação de lixo e sobras de alimentos em recipientes próprios, conforme orientação dos fiscais do contrato. Ainda, o Decreto 7.746/2012 regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e

fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:**

15.1. Por todo o exposto, esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

**Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:**

- Gustavo da Silva Almeida, matrícula Siape nº 1127724 (Presidente e Integrante Requisitante);
- Patrickson Chamorro Lucas Pelzl, matrícula Siape nº 15065124 (Integrante Administrativo);
- Hendrius Savio Martins da Silva, matrícula Siape nº 24132301 (Integrante Técnico);
- Helder Nobre de Oliveira Silva, matrícula Siape nº 1769602 (Integrante Administrativo).

**ANEXOS :**

- |     |   |
|-----|---|
| 16. | <b>ANÁLISE DE PESQUISA DE PREÇOS. Doc. Sei (<a href="#">3102109</a>);</b> |
| 17. | <b>MAPA DE RISCOS. Doc. Sei (<a href="#">3102780</a>);</b>                |
| 18. | <b>COTAÇÃO DA CESTA DE ALIMENTOS (<a href="#">3102048</a>);</b>           |
| 19. | <b>MAPA UFMS (<a href="#">2921754</a>).</b>                               |
| 20. | <b>PESQUISA DE PREÇOS DE TAXA DE LIXO (<a href="#">3194580</a>)</b>       |



Documento assinado eletronicamente por **Helder Nobre de Oliveira Silva, Administrador**, em 06/04/2022, às 10:21, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hendrius Savio Martins da Silva, Assistente em Administração**, em 06/04/2022, às 10:23, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo da Silva Almeida, Assistente em Administração**, em 06/04/2022, às 10:36, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrickson Chamorro Lucas Pelzl, Assistente em Administração**, em 06/04/2022, às 13:57, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3194640** e o código CRC **110FBB92**.

**SECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL**

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7652

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Criado por [gustavo\\_almeida](#), versão 39 por [gustavo\\_almeida](#) em 05/04/2022 11:42:24.